

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

## A DIFERENÇA ENTRE O QUE DISSE MONTENEGRO NO CONGRESSO DO PSD E OS ATOS DO SEU GOVERNO SOBRE A VALORIZAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Durante o congresso do PSD realizado no fim de semana de 19/20 de outubro de 2024, Montenegro afirmou que eram objetivos do seu governo “defender os serviços públicos em risco”, “valorizar muito quem trabalha no Estado”, e que “eram diferentes e estavam a fazer a diferença”. Mas corresponderá estas afirmações à verdade ou será mais um “malabarismo” do governo que Montenegro acusou na sua intervenção os governos que o antecederam?

### A PROPOSTA DO GOVERNO DE MONTENEGRO APRESENTADA AOS SINDICATOS MANTEM NÃO SÓ A PERDA DO PODER DE COMPRA DAS REMUNERAÇÕES ILÍQUIDAS (antes dos descontos) e LÍQUIDAS (após descontos) DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DESDE 2011 COMO ATÉ DEVE AUMENTAR ESSA PERDA

Como se pode dizer que são objetivos do governo “defender os serviços públicos em risco”, “valorizar muito quem trabalha no Estado” e que “são diferentes e vão fazer a diferença” quando o Ministério das Finanças apresentou aos sindicatos da Administração Pública (AP) uma proposta a que chamou “Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, para o período 2025 a 2028” de aumento de remunerações de “55,26€ ou um mínimo de 2,1% para 2025 e 2026 e, 57,89€ ou um mínimo de 2,2% para 2027 e 2028”, ou seja, aumentos tão reduzidos que não serão certamente superiores à inflação que se verificará até atendendo ao contexto geopolítico com guerras e sanções que encarecem tudo, e não permitem recuperar qualquer parcela do enorme poder compra que os trabalhadores perderam desde 2011? Como se pode dizer que se quer “valorizar muito quem trabalha na Administração Pública” e ao mesmo tempo continuar a pagar remunerações indignas e a desvalorizar o seu trabalho? Como se pode dizer que se quer defender os “serviços públicos em risco” quando não se garantem remunerações dignas que evitem o abandono e a falta de atração dos trabalhadores com as qualificações e competências que ele necessita no SNS, na escola pública, na digitalização dos serviços, e em muitos outros serviços públicos para servir melhor a população? O objetivo da proposta do governo parece ser o de empurrar os trabalhadores da Função Pública mais qualificados (ex. médicos, enfermeiros, informáticos, etc.) para o setor privado apoiando o seu desenvolvimento e degradar os serviços públicos. Mas para que o leitor possa ficar com uma ideia clara, e tirar as suas próprias conclusões, da situação atual dos trabalhadores Administrações Públicas (Central, Local e Regional) elaborou-se o quadro seguinte com as remunerações base medias mensais ilíquidas ou brutas, portante antes de quaisquer descontos, dos trabalhadores em 2011 e em 2024 e a variação do seu poder de compra. Os dados utilizados são oficiais e são os últimos disponibilizados (DAGAEP e INE)

**Quadro 1- Remunerações Base Médias Mensais (RBMM) ilíquidas (antes dos descontos para GA/SS, ADSE e IRS) dos trabalhadores da Administração Pública em 2011 e 2024 e perda do seu poder de compra**

AP	CARGO / CARREIRA / GRUPO	2011 - RBMM Ilíquida (antes dos cortes de Sócrates)	ab.2024 - RBMM Ilíquida ou bruta	RBMM Bruta de 2024 a preços de 2011 (deduziu- se a inflação entre 2011 e 2024)	VARIAÇÃO DO PODER DE COMPRA DA RBMM BRUTA ENTRE jan./2011 e ab.2024
TODAS AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - RBMM BRUTA MÉDIA	<b>ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (AC+AL+AR) - Total</b>	<b>1 445 €</b>	<b>1 755 €</b>	<b>1 386 €</b>	<b>-4,1%</b>
	Dirigente superior:	3 901 €	4 190 €	3 310 €	-15,2%
	Dirigente superior de 1.º grau	4 061 €	4 372 €	3 454 €	-15,0%
	Dirigente superior de 2.º grau	3 798 €	4 077 €	3 221 €	-15,2%
	Dirigente intermédio:	2 671 €	2 893 €	2 285 €	-14,4%
	Dirigente intermédio de 1.º grau	3 199 €	3 457 €	2 731 €	-14,6%
	Dirigente intermédio de 2.º grau	2 664 €	2 923 €	2 309 €	-13,3%
	Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	1 959 €	2 329 €	1 839 €	-6,1%
	Técnico superior	1 677 €	1 855 €	1 466 €	-12,6%
	Assistente técnico/administrativo	913 €	1 109 €	876 €	-4,1%
	Assist. operacional/operário/auxiliar	613 €	873 €	689 €	12,5%
	Informático	1 737 €	2 001 €	1 581 €	-9,0%
	Magistrado	4 521 €	5 314 €	4 198 €	-7,2%
	Diplomata	2 466 €	2 581 €	2 039 €	-17,3%
	Pessoal de investigação científica	3 323 €	2 910 €	2 299 €	-30,8%
	Docente ensino universitário	3 558 €	3 913 €	3 091 €	-13,1%
	Docente ensino superior politécnico	2 925 €	3 350 €	2 646 €	-9,5%
	Educ.infância e doc. ens. básico/secund.	2 056 €	2 406 €	1 901 €	-7,5%
	Pessoal de inspeção	2 148 €	2 431 €	1 920 €	-10,6%
	Médico	2 772 €	3 150 €	2 488 €	-10,2%
	Enfermeiro	1 342 €	1 697 €	1 340 €	-0,1%
	Técnico diagnóstico e terapêutica	1 258 €	1 634 €	1 291 €	2,6%
	Técnico superior de saúde	1 887 €	1 952 €	1 542 €	-18,3%
	Administração tributária e aduaneira	1 890 €	2 340 €	1 849 €	-2,2%
	Conservador e Notário	3 649 €	4 444 €	3 511 €	-3,8%
	Oficial dos registos e do notariado	1 917 €	2 214 €	1 749 €	-8,7%
	Oficial de justiça	1 437 €	1 691 €	1 336 €	-7,0%
Polícia Judiciária	1 857 €	2 287 €	1 806 €	-2,7%	
Bombeiro	995 €	1 229 €	971 €	-2,4%	
Polícia municipal (e)	937 €	1 236 €	977 €	4,3%	

FONTE : Direção Geral da Administração e Emprego Público (DAGAEP) - SIOE (dados disponíveis em 19-07-2024) e INE

Excetuando 3 grupos profissionais – assistentes operacionais, técnicos diagnóstico e terapêutica, e policiais municipais - em todas as restantes categorias profissionais o poder de compra das remunerações medias brutas mensais em 2024 é inferior ao de 2011 e, em algumas categorias, é muito mesmo. Os assistentes operacionais é que viram o seu poder de compra aumentar em 12,5% devido ao efeito do salário mínimo nacional. Mas uma coisa são as remunerações ilíquidas ou brutas (antes dos descontos) e outra coisa são as remunerações líquidas (após todos os descontos) ou seja, o rendimento disponível do trabalhador (o que ele leva para casa) para ele e família viverem. E a redução foi maior.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) pág. 1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos inscreva-se em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com)

O quadro 2, também elaborado utilizando dados da DGAEP sobre remunerações médias e o IPC do INE mostra que a perda de poder de compra na remuneração base média líquida foi maior do que na ilíquida (bruta)

**Quadro 2- Remunerações Base Médias Mensais (RBMM) ILIQUIDAS (antes de descontos) e LÍQUIDAS (após descontos para CGA/SS, ADSE e IRS) dos trabalhadores da Administração Pública em 2011 e 2024 e perda do seu poder de compra**

A P	CARGO / CARREIRA / GRUPO	2011 RBMM Bruta (antes cortes de Sócrates e dos descontos CGA, ADSE, IRS))	2011 RBMM Líquida (após descontos para a CGA, ADSE, IRS)	ab. 2024 RBMM ILIQUIDA (antes dos descontos)	ab. 2024 RBMM Líquida (após descontos CGA, ADSE, IRS)	RBMM Líquida de ab. 2024 a preços de 2011 (deduziu-se inflação 2011/ab. 2024)	PERDA DE PODER DE COMPRA DA RBMM LÍQUIDA ENTRE 2011/2024
TODAS AS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - RBMM MÉDIA	ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (AC+AL+AR) - Total	1 445 €	1 062 €	1 755 €	1 269 €	1 003 €	-5,6%
	Dirigente superior:	3 901 €	2 419 €	4 190 €	2 427 €	1 917 €	-20,7%
	Dirigente superior de 1.º grau	4 061 €	2 477 €	4 372 €	2 510 €	1 983 €	-20,0%
	Dirigente superior de 2.º grau	3 798 €	2 355 €	4 077 €	2 376 €	1 877 €	-20,3%
	Dirigente intermédio:	2 671 €	1 736 €	2 893 €	1 834 €	1 448 €	-16,6%
	Dirigente intermédio de 1.º grau	3 199 €	2 016 €	3 457 €	2 094 €	1 654 €	-17,9%
	Dirigente intermédio de 2.º grau	2 664 €	1 732 €	2 923 €	1 848 €	1 459 €	-15,7%
	Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	1 959 €	1 352 €	2 329 €	1 567 €	1 238 €	-8,4%
	Técnico superior	1 677 €	1 207 €	1 855 €	1 323 €	1 045 €	-13,4%
	Assistente técnico/administrativo	913 €	735 €	1 109 €	875 €	691 €	-6,0%
	Assist. operacional/operário/auxiliar	613 €	524 €	873 €	721 €	570 €	8,8%
	Informático	1 737 €	1 233 €	2 001 €	1 401 €	1 107 €	-10,2%
	Magistrado	4 521 €	2 758 €	5 314 €	2 938 €	2 321 €	-15,8%
	Diplomata	2 466 €	1 627 €	2 581 €	1 688 €	1 333 €	-18,1%
	Pessoal de investigação científica	3 323 €	2 093 €	2 910 €	1 841 €	1 455 €	-30,5%
	Docente ensino universitário	3 558 €	2 206 €	3 913 €	2 301 €	1 818 €	-17,6%
	Docente ensino superior politécnico	2 925 €	1 872 €	3 350 €	2 045 €	1 616 €	-13,7%
	Educ. infância e doc. ens. básico/secund.	2 056 €	1 419 €	2 406 €	1 606 €	1 269 €	-10,6%
	Pessoal de inspeção	2 148 €	1 461 €	2 431 €	1 617 €	1 278 €	-12,5%
	Médico	2 772 €	1 774 €	3 150 €	1 954 €	1 543 €	-13,0%
	Enfermeiro	1 342 €	1 000 €	1 697 €	1 234 €	974 €	-2,5%
	Técnico diagnóstico e terapêutica	1 258 €	950 €	1 634 €	1 195 €	944 €	-0,6%
	Técnico superior de saúde	1 887 €	1 321 €	1 952 €	1 375 €	1 086 €	-17,7%
	Administração tributária e aduaneira	1 890 €	1 323 €	2 340 €	1 573 €	1 242 €	-6,1%
	Conservador e Notário	3 649 €	2 262 €	4 444 €	2 543 €	2 009 €	-11,2%
	Oficial dos registos e do notariado	1 917 €	1 342 €	2 214 €	1 515 €	1 197 €	-10,8%
	Oficial de justiça	1 437 €	1 056 €	1 691 €	1 230 €	972 €	-8,0%
	Polícia Judiciária	1 857 €	1 318 €	2 287 €	1 546 €	1 221 €	-7,4%
	Outro pessoal de segurança	1 083 €	850 €	1 395 €	1 051 €	830 €	-2,3%
	Bombeiro	995 €	801 €	1 229 €	950 €	751 €	-6,3%
Polícia municipal (e)	937 €	754 €	1 236 €	955 €	754 €	0,0%	

Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 19-07-2024) e INE

Como mostram os dados do quadro 2, a nível das Remunerações Base Médias Mensais (RBMM) LÍQUIDAS (após descontos) dos trabalhadores das Administrações Públicas, ou seja, o rendimento disponível que o trabalhador leva para casa para viver, a quebra de poder de compra foi ainda maior entre 2011 e 2024 do que a verificada nas RBMM ILIQUIDAS (antes de descontos), chegando a atingir -20% a nível de dirigentes (como é que pode ter bons dirigentes pagando tão mal?); -30,8% no pessoal de investigação científica (como é que pode haver inovação no país tratando tão mal os investigadores científicos?); -10,2% no pessoal de informática essencial à digitalização de serviços que neste momento, a sua maioria, estão entregues a empresas privadas incluindo os seus sistemas de informação altamente sensíveis bem como a cibersegurança; entre -10,6% e -13% professores e médicos em falta em serviços essenciais ao desenvolvimento do país e ao bem estar da população, etc. Só os assistentes operacionais é que viram o poder de compra das suas remunerações líquidas aumentarem porque estão colados ao salário mínimo nacional, aumentando este, elas aumentam automaticamente. Face a esta realidade, que Montenegro devia conhecer, como é que ele pode dizer, como o fez no congresso do PSD que, com aumentos de remunerações entre 2,1% e 2,2% até 2028, são objetivos do seu governo "defender os serviços públicos em risco" e "valorizar muito quem trabalha no Estado"? É enganar

#### A PERDA DE PODER DE COMPRA DA REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA LÍQUIDA DAS FORÇAS ARMADAS E DE SEGURANÇA

Também as Forças Armadas e a Força de Segurança (PSP e GNR) foram lesadas pela política de austeridade salarial dos sucessivos governos como revela o quadro 3 e não são os suplementos que mudam isto pois não são incluídos na RBMM

**Quadro 3- Remunerações Base Médias Mensais (RBMM) ILIQUIDAS (antes de descontos) e LÍQUIDAS (após descontos) das Forças Armadas e das Forças de Segurança em 2011 e 2024 e perda do seu poder de compra**

CARGO / CARREIRA / GRUPO	2021 - RBMM ILIQUIDA (antes de descontos)	2011 RBMM LÍQUIDA (após descontos)	ab. 2024 RBMM ILIQUIDA (antes de descontos)	2024 RBMM Líquida (após descontos)	ab. 2024 - RMM LÍQUIDA a preços de 2011 (deduzida inflação 2011/ab. 2024)	Varição do poder de compra da RBMM LÍQUIDA entre 2011 e ab. 2024
Forças Armadas - Oficial	1 827 €	1 297 €	1 999 €	1 400 €	1 106 €	-14,7%
Forças Armadas - Sargento	1 416 €	1 040 €	1 595 €	1 172 €	926 €	-11,0%
Forças Armadas - Praça	723 €	604 €	1 023 €	816 €	644 €	6,7%
Polícia de Segurança Pública - Oficial	2 018 €	1 392 €	2 398 €	1 602 €	1 265 €	-9,1%
Polícia de Segurança Pública - Chefe de Polícia	1 730 €	1 228 €	2 006 €	1 404 €	1 109 €	-9,7%
Polícia de Segurança Pública - Agente	1 295 €	978 €	1 625 €	1 190 €	940 €	-3,8%
Guarda Nacional Republicana - Oficial	2 427 €	1 602 €	2 876 €	1 826 €	1 442 €	-10,0%
Guarda Nacional Republicana - Sargento	1 819 €	1 292 €	2 168 €	1 487 €	1 174 €	-9,1%
Guarda Nacional Republicana - Guarda	1 286 €	971 €	1 645 €	1 202 €	950 €	-2,2%

Fonte: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 19-07-2024) e INE

Os comentários são desnecessários já que as conclusões são evidentes, pois confirmam (*mutatis mutandis*) as conclusões tiradas nos pontos anteriores. Mas uma conclusão é já clara: quanto mais elevada é a patente maior é a perda de poder de compra da remuneração líquida. Eugénio Rosa, economista, [edr2@netcabo.pt](mailto:edr2@netcabo.pt), 20/10/2024 (38-2024)

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em pastas em [www.eugeniorosa.com](http://www.eugeniorosa.com) pág. 2